

O MEU “DIA INICIAL, INTEIRO E LIMPO”

Moisés de Lemos Martins¹

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.176.5>

1. A 25 de Abril, o clarão e o fogo

Na tarde do dia 16 de março de 1974, estava no antigo Estádio da Luz, a ver o jogo de futebol entre o Benfica e o Vitória de Guimarães. O jogo foi durante a tarde e o Benfica ganhou por 5-1. Ainda jogavam o Eusébio e o Simões, embora em fim de carreira. Tinham sido campeões europeus, mas isso fora no início dos anos 60. Lembro-me de ter olhado, interrogativo e perplexo, para as bancadas do estádio, que rejubilavam, em festa coletiva, com a goleada do Benfica. É que, na madrugada desse dia, 16 de março de 1974, tinha havido o malogrado Golpe das Caldas, que ficou, todavia, para a história como um prenúncio do *25 de Abril*. Mas no estádio vivia-se em normalidade,

¹ Professor Jubilado da Universidade do Minho.

como “habitualmente”, prestando culto à bola, como aliás todo o país o fazia (Massis, 1939)². Nenhum rumor, inquietação, ou sobressalto atravessavam, a 16 de março de 1974, o “paraíso claro e triste” que era Portugal³, sendo esse sábado um dia normal, de culto ao futebol, como também o era ao fado e a Fátima – os três tristes efes, com que ironicamente, de igual modo, muitos o identificavam.

É sob o signo de Sophia que faço o relato do meu *25 de Abril*, que também para mim constituiu “aquela madrugada que eu esperava”, a madrugada em que emergi da “noite e do silêncio”⁴.

A 25 de abril de 1974 tinha 21 anos e encontrava-me em Lisboa, no Seminário dos Vicentinos. Éramos cerca de dúzia e meia de estudantes e residíamos na Estrada da Luz, em dois andares, num prédio de construção recente, em frente à Quinta Bensaúde. Frequentava o terceiro ano de Teologia, no Instituto Superior de Estudos Teológicos (ISET), uma escola superior de Teologia, fundada em 1966 e dirigida por dois frades dominicanos, frei Raimundo Duarte Oliveira e frei Bento Domingues⁵. O ISET estava instalado no Convento dos Franciscanos, no Largo da Luz.

2 A expressão “Fazer Portugal viver habitualmente” (Massis, 1939, pp. 99, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 109, 110, 111, 112) é um propósito reiteradamente sustentado pelo “ditador da inteligência”, como um dia Henri Massis, um intelectual mais tarde da *Académie Française*, definiu Salazar numa entrevista que o ditador lhe concedeu, em 1938. A palavra “habitual”, diz Henri Massis (1939, p.100), “ao mesmo tempo que evoca o *hábito*, naquilo que ele tem de mais familiar, de comum, de constante, é uma das noções essenciais de uma filosofia superior”. Em conclusão, confessa-lhe Salazar, “Não, nada de injeções fortes que excitam, mas não curam. Devolver a saúde, mas nada de fazer subir a temperatura, reencontrar o equilíbrio, o ritmo habitual. Proceder como a natureza!...” (Massis, 1939, p.119).

Esta ideia de “fazer Portugal viver habitualmente”, de o levar a proceder “como a natureza”, também está presente na metáfora do parafuso, utilizada por Salazar numa entrevista a António Ferro: “um parafuso que verrauma lentamente sem ferir a madeira, que faz pressão doce, mas constante, penetrando pouco a pouco, sem provocar a reacção viva da matéria” (Ferro, Lisboa, 1933, p. 152).

3 A expressão de “paraíso, claro e triste” é atribuída a Portugal por Saint-Exupéry, em “Lettre à un otagé” [carta a um prisioneiro], quando em 1940 passou por Portugal, a caminho dos Estados Unidos, e visitou a Exposição do Mundo Português, em Belém. “Muito se falava então de que estava iminente uma invasão”, escreve Saint-Exupéry, “e Portugal agarrava-se à ilusão da sua felicidade” (Saint-Exupéry, 1959, p. 389). Em 1974, como em 1940, Portugal mantinha um imaginário de país salvo e guiado pela providência divina, o imaginário paradoxal de uma boa dona de casa que sonha um império (Martins, 1992, 2016).

4 Sophia de Mello Breyner, *25 de Abril*, in *O Nome das Coisas*, 1977.

5 No ISET, além de frei Raimundo Duarte Oliveira e frei Bento Domingues ensinaram outros dominicanos: os frades Mateus Cardoso Peres, Miguel dos Santos, Luís de França, Horácio Araújo, Francolino Gonçalves e Bernardo Domingues (Martins, 2012).

Os dominicanos tiveram, a seu cargo, a direção do ISET, que nasceu de um compromisso entre as principais Ordens Religiosas portuguesas, com a exceção dos franciscanos⁶. Lembro-me que foram meus colegas no ISET Carlos Filipe Ximenes Belo, mais tarde bispo de Dili, em Timor-Leste, e Prémio Nobel da Paz, em 1996, e também José Ornelas Carvalho, atual bispo de Leiria-Fátima e Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa. Carlos Filipe Ximenes Belo era salesiano; e José Ornelas Carvalho, dehoniano.

Pelas 7h30 da manhã do dia 25 de abril de 1974, levantei-me, como habitualmente, para ir às aulas, que começavam às 9h. Com com a estação Rádio Clube Português sintonizada, comecei a ouvir, todavia, comunicados sobre a Revolução desencadeada pelas Forças Armadas Portuguesas, assim como os repetidos apelos para que os habitantes da cidade de Lisboa permanecessem em suas casas:

“Aqui, Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas. As Forças Armadas desencadearam na madrugada de hoje uma série de acções com vista à libertação do País do regime que há longo tempo o domina. (...) Consciente de que interpreta os verdadeiros sentimentos da Nação, o Movimento das Forças Armadas prosseguirá a sua acção libertadora e apela à população da cidade de Lisboa que se mantenha calma e recolha às suas residências. Viva Portugal!”⁷

Que alegria e júbilo me invadiram! De imediato fui bater à porta dos meus colegas a dar-lhes a boa-nova da Revolução. E comuniquei-lhes que não ia haver aulas, porque toda a população de Lisboa estava a ser instada a ficar em casa.

Para o dia 25 de abril de 1974 estava prevista uma conferência no ISET. Francisco Salgado Zenha iria falar sobre a sua experiência como advogado de defesa de presos políticos nos Tribunais Plenários

⁶ Os estudos superiores de Teologia desenvolveram-se, também, na Universidade Católica, em Lisboa, a partir de 1968. Mas se no ISET estavam, predominantemente, os estudantes das ordens religiosas, na Universidade Católica estavam, sobretudo, os estudantes das várias dioceses do país. Sobre o ISET escrevi o estudo *Os dominicanos e o ensino da teologia em Portugal – anos 60, 70 e 80* (Martins, 2012).

⁷ Comunicado das 7h30 na Rádio Clube Português. In *Primeiros Comunicados sobre a Revolução de Abril*. Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra. <https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/763>

do regime salazarista-marcelista. Dois meses antes, em fevereiro, já Francisco Salgado Zenha havia publicado, com Fernando de Abranches Ferrão, o texto sobre “O Direito à Defesa”⁸, no número 14 do *Boletim ISET*⁹.

Hesitei em sair para a rua. Mas, pelas 10h, estava a caminho da Baixa lisboeta. À época, a Estrada da Luz ainda tinha elétricos. Mas a rua estava absolutamente deserta e sem trânsito nenhum. Já a caminho de Sete Rios, lembro-me de me ter encostado bem à parede, aterrorizado na minha solidão, por ver um helicóptero a sobrevoar os ares – soube, mais tarde, que era na Cova da Moura, não muito longe da Estrada da Luz, que estava o Centro de Comando do Movimento das Forças Armadas. Como o metropolitano também estava encerrado, fiz a pé todo o caminho até à Baixa lisboeta, de Sete Rios à Praça de Espanha e ao Marquês de Pombal, descendo depois a Avenida da Liberdade. No caminho, acompanharam-me apenas uma ou outra canção do Zeca Afonso e do Francisco Fanhais, que eu trauteei, escorçando o medo. Aqueles que frequentavam o ISET, e através dele a teologia que brotava do Concílio Vaticano II (1962-1965), sobretudo nos textos de Dominique Chenu, Yves Congar, Edward Schillebeeckx, Karl Rahner, Hans Küng, Johann Baptist Metz e Bento Domingues, viviam transfigurados pelo sonho de um mundo novo, um

⁸ Estas duas personalidades eram advogados, conhecidos por defenderem presos políticos nos Tribunais Plenários do regime. Fernando de Abranches Ferrão era então um advogado de grande notoriedade, dado ter conduzido a defesa de arguidos em importantes processos políticos, entre 1947 e 1973. Tinha sido o advogado de defesa nos processos que tiveram como arguidos os elementos da Comissão Central do Movimento de Unidade Democrática (MUD), em 1948, e também no processo do General Humberto Delgado, em 1959. Por sua vez, Francisco Salgado Zenha veio a ser um dos dirigentes de maior destaque do Partido Socialista e foi mesmo candidato à Presidência da República, em 1986.

⁹ O *Boletim ISET* foi uma revista desta instituição de Ensino Superior, publicada entre janeiro de 1973 e fevereiro de 1975, ao todo 17 números. Animado por uma vigorosa dinâmica de leitura do tempo presente, o *Boletim ISET* foi uma espécie de manifesto teológico-pastoral e um agitador de consciências, que misturava, numa escrita ágil e rápida, a informação e a reflexão, sendo os seus processos de composição inteiramente artesanais e assentes na militância de alunos e professores. Com efeito, o *Boletim ISET* resume-se a um conjunto de algumas dezenas de folhas A4, escritas em frente e verso, agrafadas, com uma capa de papel mate. De um modo geral, o *Boletim ISET* não tem menos de trinta páginas, nem mais de cinquenta. Mas a sua composição interna obedece a um conjunto de rubricas fixas: “Testemunhos”; “De que Espírito Somos”; “Informação”; “A Palavra e o Tempo”; “Livros Hoje”. Nele escreveram muitos “católicos progressistas”, além de poetas e escritores. Mas escreveram, sobretudo, os frades dominicanos, Raimundo Duarte Oliveira, Bento Domingues e Mateus Cardoso Peres. (Martins, 2012, *Os dominicanos e o ensino da teologia em Portugal – anos 60, 70 e 80*).

mundo melhor¹⁰. E o que nós cantávamos as canções de intervenção! Entre todos nós, meus colegas de Seminário e do ISET, distinguia-se o Fernando Camelo, pela excelência da sua voz¹¹. E todas as ocasiões eram boas para lhe pedirmos que cantasse o Zeca Afonso, o Francisco Fanhais, o Sérgio Godinho, o Zé Mário Branco, outros cantores ainda. E ele fazia-o, em todos os lugares, mesmo em viagens de autocarro e de barco.

Habitado por essas vozes, eu ia, então, Avenida abaixo, já transfigurado, a caminho da festa da Revolução! Na passagem dos Restauradores para o Rossio, na curva, junto ao Hotel Avenida Palace, dei de caras com um amigo meu, antigo companheiro no Seminário, em Felgueiras. Este meu amigo tinha regressado de Angola no ano anterior, onde tinha sido Comando do Exército, sendo os Comandos as tropas especiais. E era, agora, Tenente da Guarda Nacional Republicana (GNR), no Quartel do Carmo, estando à cabeça de cerca de uma dúzia de guardas. Perguntei-lhe o que fazia ali, tendo-me respondido que estava a “guardar o Quartel”. Na hora, não compreendi o alcance do que me disse. Não sabia que se referia ao Quartel do Carmo, onde se tinha refugiado o Governo, nem que a GNR estava ali a defender o Quartel da sublevação dos militares, no Golpe contra o regime. Passei, pois, adiante.

Para minha surpresa, se na Avenida da Liberdade, eram ainda poucos os populares, no Rossio havia um mar de gente. Por ali andei, até que a multidão se encaminhou para a Rua do Carmo, na direção do Chiado. A meio da subida, um som de disparos de metralhadoras atirou os ares e colocou em debandada toda aquela gente. Soube, depois, que a PIDE/DGS havia disparado contra os manifestantes, na Rua António Maria Cardoso, onde era a Sede da polícia política. Esses disparos provocaram a morte de quatro populares e uns tantos feridos.

10 No Concílio Vaticano II foram tratados pela primeira vez na Igreja, entre muitos outros assuntos, o direito à independência dos povos colonizados; a figura da “guerra justa” a desencadear pelos povos colonizados; a figura da Igreja como “povo de Deus”, que se opunha à clássica, mas indevida, identificação da Igreja com a sua hierarquia. (Martins, 2022, *Os dominicanos portugueses e a edição da revista Concilium - 1965-1970*).

11 Fernando Camelo é frade dominicano, tendo integrado, durante muitos anos, o coro da Gulbenkian.

De novo no Rossio, por ali andei a ouvir conversas. Passado um tempo, de novo a multidão se encaminhou para a Rua do Carmo. Uma das recordações que guardo é a de me ter deparado, ao cimo da Rua, com um tanque, rodeado de militares. Subi, depois, pela Rua Garrett, e logo a seguir tomei a Calçada do Sacramento, em direção ao Largo do Carmo. Por precaução, fiquei na esquina da Calçada do Sacramento, à entrada do Largo do Carmo, pronto para correr Calçada abaixo, em caso de emergência. Ali me mantive a ver a multidão que se atropelava e inundava o Largo, misturando-se com os militares, em frente ao Quartel da GNR, onde se haviam refugiado Marcello Caetano, Rui Patrício e outros elementos do governo do Estado Novo.

Era o meio da tarde. A dado passo, vi um carro a subir a Calçada e descortinei nele, no banco de trás, o General Spínola. Mais tarde, alguém, através de um megafone, fez saber à multidão, apinhada e irrequieta, que o quartel da GNR se tinha rendido e que o Governo havia formalizado a demissão. Eram umas sete horas da tarde, quando deixei o Largo do Carmo e regressei a casa. Descendo para o Rossio, passei em frente aos Grandes Armazéns do Chiado e aos Armazéns Grandella, que tinham os vidros partidos e estavam a ser vandalizados e pilhados. Escandalizei-me ao ver aquela gente a carregar às costas tudo o que neles encontraram, de frigoríficos a congeladores, a máquinas de lavar e a aquecedores... Um amigo meu do ISET, que tinha encontrado no Rossio e passara as últimas horas comigo, disse-me: “Tens cada uma! O povo passou a vida a ser roubado e oprimido pelo regime. Hoje, tem que ser um dia de festa sobretudo para ele. Não há abuso nenhum naquilo que estas pessoas estão a fazer, aquilo que os ricos têm roubado é por direito dos pobres”. Não discuti, fiquei apenas a matutar.

A *Revolução do 25 de Abril* tinha obtido um êxito estrondoso, não havendo já ponto de retorno. Mas umas horas antes, pelo meio-dia, o Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira, já aposentado e a residir desde outubro de 1971 na Casa de Retiros da Buraca¹²,

12 A Casa de Retiros da Buraca era na Quinta do Bom Pastor, dirigida pelas franciscanas Servas de Nossa Senhora de Fátima.

manifestava alguma esperança: “Ainda não é certo que a Revolução vá avante”. Foram estas as palavras que o Cardeal Cerejeira dirigiu aos circunstantes, na pausa para o café, de um retiro com jovens raparigas de 15/16 anos, que a 25 de abril de 1974 teve lugar nesta Casa de Retiros¹³.

As esperanças não se cumpriram, de facto, para quem vira no fundador do regime salazarista “um emissário dos amigos de Deus” (Cerejeira, cit. por Franco Nogueira, 1977, p. 9), mal Salazar tinha chegado como Ministro das Finanças ao Governo da Ditadura Militar, em 1928.

2. O dia seguinte – a palavra e o sonho, com algumas interrogações do tempo presente

No dia seguinte à Revolução dos Cravos, logo pela manhã, encontrava-me no Chiado. Muita gente continuava por aquelas bandas, que eram, afinal, as cercanias da António Maria Cardoso, a Rua da Sede da PIDE/DGS. Muitos elementos da polícia política tinham fugido e refugiavam-se em cima dos prédios, procurando desta forma escapular. Mas a população não lhes dava sossego e apontava-os, a dedo, aos militares presentes: “olhe aquele pide ali, está escondido no telhado daquele prédio, junto à claraboia; ah! e acolá, olhe aquele que passou de um prédio para outro e está prestes a esgueirar-se...”.

Uma semana depois, era o Primeiro de Maio e eu encontrava-me na Praça da Figueira. À saída do metropolitano, estava uma senhora com um braçado de cravos vermelhos, que ia oferecendo a quem passava perto dela. Acerquei-me da senhora, pelo que também recebi um cravo, que coloquei ao peito.

Um ano antes, no Primeiro de Maio, também havia saído do metropolitano na Praça da Figueira. Ia para uma manifestação silenciosa contra o regime. O MRPP havia marcado uma concentração no Rossio, ao começo da tarde. Saí na boca de metro da Praça da Figueira, e

¹³ Este testemunho foi-me dado pelo dominicano, frei José Junes. A *25 de abril de 1974*, frei José Nunes, então com 17 anos, estava na Casa de Retiros da Buraca. Havia sido convidado pelo Padre José Luís Seruya, que lhe pedira uma intervenção/testemunho nesse retiro de jovens raparigas católicas.

não na do Rossio, por precaução, desconfiado que estava sobre o que me poderia acontecer. Fui-me aproximando do Rossio aos poucos, que, todavia, era mesmo ali ao lado. Havia umas duas a três centenas de jovens, não mais, no centro da Praça. Mas eu estava de pé atrás, desconfiado, pelo que tinha receio de dar o passo decisivo. Fui-me, então, deixando ficar pelo passeio, em frente à Pastelaria Suíça. Até que avistei colegas meus do ISET no meio da Praça. Atravessei a rua para os saudar. Mas não tive tempo sequer de saborear o momento. Num repente, as pessoas tinham entrado todas em ebulição e fugiam a sete pés, em todos os sentidos. Vindo das bandas do Teatro Dona Maria II, um batalhão da polícia de choque irrompeu pelo meio da multidão, brandindo os ares com cassetetes, que se despenhavam, cabeças abaixo. Eu também fugi. Mas não entrei em nenhuma das bocas de metro, para onde corria a maior parte da rapaziada. Imaginando que aí seria presa fácil da polícia, pus-me a correr pela Mouraria acima, a caminho do Castelo de São Jorge, assim me afastando da cena do crime.

Mas um ano depois, em 1974, o caso era diferente – vivíamos o Primeiro de Maio em liberdade. Na Praça da Figueira já havia uma multidão de pessoas, que se encaminhava para a Praça Martim Moniz. Daí tomou a direção da Alameda D. Afonso Henriques, seguindo pela Avenida Almirante Reis. Mas, de momento a momento, a multidão que se apinhava foi ganhando proporções gigantescas. E respirava-se, verdadeiramente, uma grande felicidade. Gritavam-se palavras de ordem. A única que, todavia, ainda retenho, pela estranheza que em mim então provocou, foi ver um grupo de pessoas a agitar os punhos direitos no ar e a gritar: “Cunhal ao Poder! Cunhal ao Poder! Cunhal ao Poder!”.

Regressando do exílio, Álvaro Cunhal, o mítico líder do Partido Comunista Português, chegara a Portugal na véspera do Primeiro de Maio, a 30 de abril de 1974. Mas eu não sabia nada de Álvaro Cunhal. Sabia, sim, de Mário Soares, de quem tinha lido o livro *Le Portugal Baïllonné - Témoignage* [Portugal Amordaçado - Testemunho]), publicado em 1972. Havia-o comprado em Paris, no verão de

1973, quando viajava para Basileia, na Suíça¹⁴. De facto, por ter lido o livro *Le Portugal Baillonné*, sabia muito bem quem era Mário Soares, que chegou a Portugal, vindo do exílio, a 28 de abril, três dias depois da Revolução.

Da Alameda Dom Afonso Henriques, a multidão, que ia engrossando de volume, dirigiu-se para o Campo de futebol da Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), por trás da Avenida de Roma¹⁵. Foi aí que se realizou a festa do Primeiro de Maio de 1974. Ouvi o discurso de Mário Soares, assim como o de Álvaro Cunhal. Mas ouvi, igualmente, o discurso de Nuno Teotónio Pereira, um arquiteto, “católico progressista”, que havia sido libertado de Caxias na madrugada de 27 de abril, com todos os outros presos políticos que aí se encontravam, entre os quais alguns “católicos progressistas”, como foi o caso de Conceição Moita e de Luís Moita. Nas comemorações do Primeiro de Maio de 1974, Nuno Teotónio Pereira interveio, precisamente, na qualidade de “católico progressista”¹⁶.

“Os católicos que ‘salvaram’ a Igreja” (Marujo, 20 de abril de 2024) de ser conotada com a Situação foram, na realidade, estes católicos, os “católicos progressistas”, um punhado de católicos, que fizeram frente ao salazarismo, tendo muitos deles pagado com a prisão essa ousadia. É esta a ideia defendida por António Marujo, diretor do

14 De 1971 a 1974, trabalhei, nas férias de verão, num hotel em Basileia, umas vezes lavando pratos, outras fazendo saladas frias.

15 A Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) é uma instituição do Estado Novo, criada em 1935. Tinha como objetivo organizar os tempos livres e de lazer dos trabalhadores portugueses. Depois da Revolução de Abril, deu lugar ao Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres (INATEL).

16 Nuno Teotónio Pereira esteve na fundação do MES – Movimento de Esquerda Socialista, a 25 de fevereiro de 1975, e dirigiu-o. Fundamentalmente, o MES posicionou-se à esquerda do Partido Socialista e reuniu católicos progressistas, sindicalistas, intelectuais de diversos quadrantes e quadros do associativismo académico. Entre os fundadores do MES encontram-se nomes de destaque do “progressismo católico”, vários dos quais vieram a fazer, mais tarde, uma importante carreira no Partido Socialista. Entre os fundadores do MES, além de Nuno Teotónio Pereira, encontramos Agostinho Roseta, Augusto Mateus, Jorge Sampaio, Alberto Martins, José Galamba de Oliveira, José Manuel Galvão Teles, Eduardo Ferro Rodrigues, César de Oliveira, João Bénard da Costa, Vítor Wengorovius, Catalina Pestana, Eduarda Dionísio, Celso Cruzeiro, Joel Hasse Ferreira, Francisco Cordovil e João Martins Pereira. João Bénard da Costa veio a publicar, em 2003, *Nós, os Vencidos do Catolicismo*, um livro construído a partir de artigos que publicou no semanário *Independente*. A obra retrata a condição de muitos católicos que depositaram esperanças no catolicismo, sobretudo com o advento do Concílio Vaticano II (1962-1965), mas que nesta causa chegaram já “vencidos” a 25 de Abril de 1974.

7 Margens, um jornal eletrônico, de inspiração católica, no artigo referido, que agora escreveu pelo 25 de Abril¹⁷. E também frei Bento Domingues assinala nesta mesma edição do *7 Margens*, que a Igreja, durante o Estado Novo, estava “pronta para viver apenas no espaço que Salazar lhe reservava”.

Mas este é também o testemunho que eu posso dar, lembrando a minha juventude, ou seja, os anos que precederam o *25 de Abril de 1974*. Em 1968, o Papa Paulo VI estabeleceu o dia 1 de janeiro como Dia Mundial da Paz, tinha eu 15 anos. E em 1969 e 1970, Mário de Oliveira, o Padre da Lixa, a minha terra Natal, celebrou o Dia Mundial da Paz, discutindo na Igreja, durante a missa, a Guerra Colonial, em África. O Padre Mário, que havia sido capelão militar na Guiné, era agora preso, em 1970, por denunciar a Guerra Colonial e celebrar a paz. Como se manteve na cadeia mais de um ano, o Padre Mário apenas voltou a celebrar o Dia Mundial da Paz, denunciando a Guerra em África, em 1972 e 1973. Mas foi, então, preso de novo, sendo libertado três meses antes do *25 de Abril*.

Eu andava no Seminário. Mas nas férias de Natal e sendo natural da Lixa, fui a 1 de janeiro com o meu pai à missa a Macieira da Lixa, em 1969, 1970, 1972 e 1973. Lembro-me de ser cantada na missa, em 1972 e 1973, a “Cantata da Paz, uma célebre canção do Padre Francisco Fanhais, com o poema de Sophia de Mello Breyner, do Álbum Canções da Cidade Nova, editado em 1970. “D’África e

17 António Marujo refere o bispo Manuel Vieira Pinto, expulso de Moçambique; o padre Abel Varzim, desterrado para o Minho; o padre Joaquim Alves Correia, exilado nos Estados Unidos da América; o bispo do Porto, António Ferrera Gomes, exilado em Espanha. Refere, também, membros da JOC (Juventude Operária Católica) e da JUC (Juventude Universitária Católica), assim como intelectuais, casos de Alçada Baptista, João Bénard da Costa, Nuno Teotónio Pereira, Vítor Constâncio, João Salgueiro, João Gomes, Nuno Bragança, Manuela Silva, Lourdes Pintasilgo, Francisco Pereira de Moura, Vítor Wengorovius, Helena Cidade Moura.

Ainda no que diz respeito aos católicos que se opuseram ao salazarismo, José Galdes Freire publicou, em 1976, *A Resistência Católica ao Salazarismo-marcelismo*. E, em 1989, Augusto Matias publicou o livro *Católicos e Socialistas em Portugal*. E eu gostaria de singularizar neste tópico, o padre José Felicidade Alves, que o Cardeal Cerejeira, em novembro de 1968, afastou da paróquia de Santa Maria de Belém (Jerónimos), onde era pároco desde 1956, e suspendeu “a divinis”, e que em maio de 1970 foi preso pela PIDE. José Felicidade Alves editou, em 1969, *Católicos e Política - De Humberto Delgado a Marcello Caetano*. E já no ano em curso, foi publicada por Ana R. Gomes o livro *Padre Felicidade - O Oposicionista Praticante* (Gomes, 2024).

Vietname / Sobe a lamentação / Dos povos destruídos / Dos povos destroçados”. “Vemos, ouvimos e lemos / Não podemos ignorar”. Também me lembro, por outro lado, de ter gravado o sermão do Padre Mário na missa e de o ter levado para o seminário, divulgando-o entre os meus colegas.

Em finais dos anos 60 e começos dos anos 70, o Padre Mário celebrava o Dia da Paz, em Macieira da Lixa. Por essa altura, em data quase coincidente, ocorria a “Vigília da Capela do Rato”, em Lisboa, com o mesmo pano de fundo – a celebração do Dia Mundial da Paz e a denúncia da Guerra Colonial. Foi a 30 de dezembro de 1972. Um grupo de católicos, que não se reviam no apoio que o episcopado português dava ao regime salazarista-marcelista e que ficaram para a história conhecidos como “católicos progressistas”, entenderam tomar posição contra Guerra Colonial. Fizeram-no na Capela do Rato, promovendo uma jornada de reflexão sobre a paz e uma greve de fome. A polícia invadiu a Capela e prendeu-os: 91 pessoas foram levadas para a esquadra e 14 foram mandadas para a prisão política de Caxias (*Visão História*, n. 74, dezembro de 2022, p. 56). Entre os católicos que promoveram estes acontecimentos da Capela do Rato encontramos Nuno Teotónio Pereira, Luís Moita, Conceição Moita, Isabel Pimentel, Francisco Pereira de Moura, Jorge Wemans, Francisco Louçã, Luís Cordovil, António Matos Ferreira e José Galamba de Oliveira.

Faço estas observações sobre a resistência ao salazarismo, por parte de católicos, porque ainda agora, em que acabámos de celebrar o cinquentenário do *25 de Abril*, vimos D. José Ornelas, bispo de Leiria-Fátima e Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, fazer uma leitura simpática, mas não verdadeira, do comportamento da Igreja portuguesa durante o Estado Novo. A Igreja foi “amordaçada”, assinala D. José Ornelas, mas “não se resignou” (*DN*, 15 de abril de 2024). Ora, D. José Ornelas generaliza à Igreja portuguesa, no seu conjunto, méritos apenas de um punhado de católicos, que constituíram casos absolutamente excepcionais.

D. José Ornelas fala do bispo do Porto e de frei Bento Domingues. Mas D. António Ferreira Gomes, que já havia denunciado,

em 1957, a “miséria imerecida do mundo rural” (Gomes, 1957), insurgiu-se, em 1958, contra o país “do pé descalço, do maltrapilho, do farrapão”, na carta que então escreveu a Salazar (Gomes, 1958/1964, p. 44), manifestando-lhe, por outro lado, as suas discordâncias relativamente ao regime autoritário que era o Estado Novo. Foram estas as razões pelas quais D. António Ferreira Gomes foi empurrado para um exílio de dez anos. Mas o episcopado português ficou parado, não protestou, nem o defendeu¹⁸. D. José Ornelas fala, também, de frei Bento Domingues. Mas frei Bento foi uma das exceções dentro da Igreja, que viu ser encerrado por Roma, já depois do *25 de Abril*, a pedido do episcopado português, o Instituto Superior de Estudos Teológicos (ISET), onde tinha um papel predominante como teólogo e onde D. José Ornelas estudou Teologia (Martins, 2012). Acrescenta-se que uma vez encerrado o ISET, frei Bento Domingues, sem dúvida o maior teólogo português, nunca pôde ensinar na Universidade Católica.

Por outro lado, D. José Ornelas atribui à Igreja portuguesa méritos que são apenas da Igreja universal. Por exemplo, o bispo refere o Concílio Vaticano II, o Concílio do “aggiornamento” (atualização) da Igreja, nas palavras do papa João XXIII, e refere também o seu principal protagonista, o papa Paulo VI. Mas os bispos portugueses, em vésperas do Concílio, tornaram pública, numa Nota Pastoral (20/01/1962), que a doutrina católica “vale para todos os tempos e para todos os povos” (*Boletim de Informação Pastoral*, 1962, p. 11). E com esta convicção, partiram para Roma, sem teólogos nem biblistas que os ajudassem nos trabalhos conciliares (Trindade, 1985, p. 5). Em *Memórias de um Bispo*, D. Manuel Trindade, bispo de Aveiro, participante no Concílio, reconhece que, por essa razão, os bispos portugueses não puderam “fazer um trabalho de divulgação e explicação da doutrina conciliar” (Trindade, 1993). E como classificar, neste contexto, o modo como abre a Nota Pastoral de 20 de janeiro de 1962:

18 Apenas o dominicano, frei João de Oliveira, com o nome civil de Joaquim Faria, tomou uma posição pública em defesa de D. António Ferreira Gomes: “Uma ‘Carta Vermelha’ do Senhor bispo do Porto?” (Faria, s/d).

“As dores da Pátria – e a perda de Goa foi como se roubassem do seu tesouro a joia mais preciosa”? (*Boletim de Informação Pastoral*, 1962, p. 11). O episcopado português referia-se à invasão de Goa, Damão e Diu pela União Indiana, a 18 de dezembro de 1961, e à anexação destes territórios.

Nota conclusiva – cinquenta anos depois, a aparição do “nosso impensado”

As últimas considerações são feitas já como quem olha para o Estado Novo cinquenta anos depois do seu passamento. É um facto que, durante o salazarismo/marcelismo, o Estado e a Igreja puderam enlaçar-se numa relação solidária, que durou quase cinquenta anos. Mas o enlace compreendeu, também, um abraço de urso, com a Igreja a amouçar, metida no bolso pelo regime, até *25 de Abril de 1974*.

No entanto, o salazarismo/marcelismo não foi apenas essa mútua clausura que estabeleceu com a Igreja católica, a de viver à sombra dela, e sobretudo a de ela viver à sombra dele. O salazarismo/marcelismo também foi o colonialismo como “nosso impensado”. É esse o sentido do livro *Eduardo Lourenço - Do Colonialismo como Nosso Impensado*, que Magarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi organizaram em 2014, pela Gradiva, e que conta, em 2024, com uma segunda edição, revista e aumentada. Ora, a pergunta que hoje há a fazer é se não temos um imaginário que ainda se alimenta do salazarismo.

Fui, por estes dias, uma semana antes do *25 de Abril*, a um encontro dos antigos alunos do Seminário, os meus companheiros de começos dos anos 60. Nunca o havia feito antes, apesar destes encontros se realizarem anualmente. Reencontrei-me com o meu companheiro, Comando do Exército português nos anos 70, regressado em 1973 da Guerra colonial em Angola, e que, a 25 de Abril de 1974, então Tenente da GNR, defendia o Quartel do Carmo, onde se haviam refugiado Marcello Caetano e outros membros do governo autoritário do Estado Novo.

Não via o meu companheiro de Seminário havia exatamente 50 anos. E de imediato a minha memória foi tomada de assalto pela

canção iconoclasta “FMI”, de José Mário Branco, do álbum *Ser Solidário*:

“Olha deixaste cair as chaves do carro!

Pois pá!

Que é essa orelha de preto que tens no porta-chaves?

É pá, deixa-te disso, não destabilizes pá!”

A conversa com o meu companheiro de Seminário, que tinha vindo ver-me à Estrada da Luz, um ano antes do *25 de Abril*, quando terminou a tropa em Angola como Comando do Exército português, teve como sombra perturbadora a referência implícita a esta canção do José Mário Branco. Pode admitir-se, embora seja duvidoso, que em 1982, ano em que José Mário Branco lançou *Ser Solidário*, o álbum que contém a canção “FMI”, ainda nos pudesse bastar o alerta “Entretém-te filho e vai para a cama descansado que há milhares de gajos inteligentes a pensar em tudo neste mesmo instante / Enquanto tu adormeces a não pensar em nada”. Hoje, todavia, já se tornou claro o que está a acontecer connosco, sendo a situação altamente perigosa, com o populismo, a xenofobia, o racismo, as deficientes políticas migratórias (ou a falta delas) e a guerra a incendiarem uma Europa cheia de convulsões e um tanto desatinada.

Talvez por isso, como quem exorciza os demónios do tempo presente, a manifestação na Avenida da Liberdade, do Marquês ao Rossio, em Lisboa, que celebrou o cinquentenário do *25 de Abril*, tenha sido tão grandiosa. Neste ano, exatamente cinquenta anos depois de ter descido, a pé, toda a Avenida da Liberdade, pela primeira vez, quando do que se tratava era de nos levantarmos da “noite e do silêncio”, repeti esse gesto inaugural, do “dia inicial, inteiro e limpo” (Sophia). Fi-lo, é um facto, no meio de uma multidão assombrosa, no Portugal democrático, talvez uma multidão apenas comparável à do Primeiro de Maio de 1974.

Referências

- A Contestação à Guerra Colonial. *Visão História*, n. 74, dezembro de 2022. <https://visao.sapo.pt/vi-saohistoria/2022-12-14-o-massacre-de-wiriamu-e-a-vigilia-da-capela-do-rato-na-visao-historia/>
- Alves, J. F. (Ed.) (1969). *Católicos e Política - De Humberto Delgado a Marcello Caetano*. Edição de autor.
- Bénard da Costa, J. (2003). *Nós, os Vencidos do Catolicismo*. Coimbra, Tenacitas, 2003.
- Boletim ISET – Boletim Interno de Informação do Instituto Superior de Estudos Teológicos ao Serviço do Reino de Deus*. De janeiro de 1973 a fevereiro de 1975. Lisboa, Largo da Luz.
- Conferência Episcopal Portuguesa (1962). *Nota Pastoral*.
- Domingues, B. (2024, 20 de abril). In “Os católicos que ‘salvaram’ a Igreja”, *7 Margens* (publicado originalmente no jornal *Público*, a 25 de abril de 1999). <https://setemargens.com/os-catolicos-que-salvaram-a-igreja/>
- Faria, J. (s/d). *Uma ‘carta vermelha’ do Senhor Bispo do Porto? (Crítica ao livro de Manuel Anselmo “Sobre a declaração de voto de Sua Ex^a Reverendíssima o Senhor Bispo do Porto”)*. Edição de autor.
- Ferrão, F. A. & Zenha, F. S. (1974, fevereiro), “O Direito à Defesa”. *Boletim ISET – Boletim Interno de Informação do Instituto Superior de Estudos Teológicos ao Serviço do Reino de Deus*, n. 14. Lisboa, Largo da Luz.
- Ferro, A. (1933). *Salazar. O Homem e a sua Obra*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade.
- Francisco Fanhais (1970). Cantata da Paz, in *Canções da Cidade Nova* (Álbum). https://www.youtube.com/watch?v=o_L-l0A1C6c&ab_channel=ritacor
- Freire, J. G. (1976). *A Resistência Católica ao Salazarismo-marcelismo*. Telos.
- Gomes, A. F. (1969). Carta do Bispo do Porto a Salazar. In J. F. Alves (Ed.), *Católicos e Política - De Humberto Delgado a Marcello Caetano* (pp. 31–64). Edição de autor.
- Gomes, A. R. (2024). *Padre Felicidade - O Opositor Praticante*, Tinta-da-China.
- Gomes, A. F. (1957, 26 de março). “A ‘miséria imerecida’ do nosso mundo rural”, *Lumen*, Vol. 21, fasc. 84 páginas.
- José Mário Branco (1982). FMI, in *Ser Solidário* (Álbum). <https://altamont.pt/jose-mario-branco-fmi/>
- Martins, M. L. (2022). Os dominicanos portugueses e a edição da revista *Concilium* (1965-1970). In C.
- C. Gomes, I. M. Pina, J. M. Fernandes, & M. J. P. Coutinho (Eds.), *Rastos dominicanos de Portugal para o mundo: 600 anos da província portuguesa* (pp. 209-229). Universidade Católica Editora. <https://hdl.handle.net/1822/79524>
- Martins, M. L. (2016). *O Olho de Deus no Discurso Salazarista*. Porto, Afrontamento (1ª edição de 1990). <https://hdl.handle.net/1822/49972>
- Martins, M. L. (2012). Os dominicanos e o ensino da teologia em Portugal – anos 60, 70 e 80. In *A restauração da província dominicana em Portugal: memória e desafios* (pp. 105-120). Lisboa, Tenacitas. <https://hdl.handle.net/1822/23809>

- Martins, M. L. (1992). “A dona de casa e a caravela transatlântica. Leitura sócio-antropológica do imaginário salazarista”. *Cadernos do Noroeste*, Vol. 5 (1-2), 191-204. <https://hdl.handle.net/1822/25357>
- Marujo, A. (2024, 20 de abril). “Os católicos que ‘salvaram’ a Igreja”, *7 Margens* (publicado originalmente no jornal *Público*, a 25 de abril de 1999). <https://setemargens.com/os-catolicos-que-salvaram-a-igreja/>
- Massis, H. (1939). Salazar ou la dictature de l’intelligence. In *Chefs*. Paris, Plon, pp. 83-137.
- Matias, J. A. *Os Católicos e o Socialismo*. IED, 1989.
- Nogueira, F. (1977). *Salazar*, II. Atlântida Editora.
- Ornelas, J. (2024, 15 de abril). *Diário de Notícias*. Entrevista.
- Primeiros Comunicados sobre a Revolução de Abril*. Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra. <https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/763>
- Ribeiro, M. C. & Vecchi, R. (Orgs.) (2024). *Eduardo Lourenço - Do Colonialismo como Nosso Impensado*. Gradiva. 1ª edição em 2014.
- Saint-Exupéry, A. (1959). Lettre à un Otage, in *Oeuvres*, Paris, Gallimard, Bibliothèque de la Péiade.
- Soares, M. (1972). *Le Portugal Baillonné – Témoignage*. Calmann-Lévy.
- Sophia de Mello Breyner (1977). *25 de Abril*, in *O Nome das Coisas*. Moraes Editores.
- Trindade, M. de A. (1993). *Memórias de um Bispo*. Gráfica de Coimbra.
- Trindade, M. de A. (1985, dezembro). “A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II”. *Lumen*, XLVI (10), dezembro, pp. 6-7.

